



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Caio Sande Maia

Hip Hop no contexto das Políticas Públicas: Um estudo sobre as influências do movimento Hip Hop nas políticas públicas do Distrito Federal.

Brasília - DF
2023

Caio Sande Maia

**Hip Hop no contexto das Políticas Públicas: um estudo sobre a
influência da cultura Hip Hop sobre as políticas públicas do
Distrito Federal.**

Monografia apresentada ao Departamento de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa

Brasília - DF

2023

Dedico o seguinte trabalho a todos que acreditaram nas ideias de um jovem músico, rapper, produtor musical, estudante de políticas públicas e sonhador compulsivo. A jornada de mudar o mundo começa com um sonho...

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Márcia e ao meu Pai José, que sempre se dedicaram o máximo a me proporcionar a melhor educação que eu pude ter em minha vida. Mesmo com todas as broncas eu entendi que sem uma base familiar a revolução acadêmica e os avanços da sociedade são feitos quase impossíveis. Todo amor, afeto, companheirismo e bom humor me fizeram ser uma pessoa aberta e portadora de compaixão.

Aos meus amigos do meio musical, em especial ao Pedro, Mateus, Higor, João Vitor, Mikael, Alex, Matheus e Lucas, que me ensinaram o verdadeiro significado de Hip Hop e de segunda família. Sem vocês eu não seria o que sou hoje musicalmente e culturalmente, hoje podemos gritar que SOMOS AGENTES DA CULTURA DO DF! Seremos percussores da música e do Hip Hop no mundo, com uma musicalidade diferente de tudo que foi visto.

A minha namorada Dani, que sempre me apoiou em todos os momentos da minha vida, sejam eles bons ou ruins. Sem essa força não sei se conseguiria chegar até aqui, nem sei se conseguiria alcançar tudo que eu sonho em minha vida. Muito obrigado por me amar!

Aos meus professores da graduação, em especial ao Professor Bessa, por me orientar e acreditar no meu trabalho como aluno, juntos nós faremos muito pelas populações periféricas do Distrito Federal através do meio acadêmico. A junção de política com Hip Hop é um dos meus sonhos mais preciosos.

Por fim, um agradecimento especial ao então Deputado Distrital Max Maciel, que me mostrou que é possível um integrante do movimento Hip Hop ocupar um cargo político. Seu feito serve de inspiração para inúmeros jovens de periferia, de Sobradinho até a Ceilândia.

Resumo

O seguinte trabalho tem como o objetivo identificar as influências diretas ou indiretas que o movimento Hip Hop exerce nas políticas públicas do Distrito Federal da República Federativa do Brasil. Para a sua realização, foram feitas entrevistas com personagens importantes do cenário Hip Hop e político da capital do Brasil, bem como uma pesquisa documental sobre a incidência do assunto na câmara Legislativa do Distrito Federal, somada à uma pesquisa sobre a literatura do movimento no DF. A educação e os meios alternativos de se fazer políticas públicas, partindo da sociedade civil, evidenciam novas formas de se usar a linguagem urbana como instrumento de comunicação no âmbito das políticas públicas, principalmente na área educacional.

Palavras-chave: Hip Hop; movimentos sociais; políticas públicas urbanas; rap

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - SESSÃO SOLENE DO MOVIMENTO “RAPENSANDO”	25
Figura 2 - SESSÃO SOLENE DO DIA DO HIP HOP	26
Figura 3 - SESSÃO SOLENE CONTRA O TRÁFICO DE PESSOAS	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - PREPOSIÇÕES RELACIONADAS AO HIP HOP NA CLDF	23
--	----

Sumário

1 – INTRODUÇÃO.....	10
1.1 – METODOLOGIA.....	12
2 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3 – DESENVOLVIMENTO.....	14
3.1 – HIP HOP COMO MOVIMENTO SOCIAL	14
3.2 – MOVIMENTO HIP HOP NO DF	16
3.3 – HIP HOP E POLÍTICA	18
3.4 – O MOVIMENTO HIP HOP NO DF: O PONTO DE VISTA DE UM RAPPER BRASILIENSE	20
3.5 – HIP HOP E A CÂMARA LEGISLATIVA DO DF, O PONTO DE VISTA DE UM PARLAMENTAR	21
3.6 – HIP HOP NA CLDF QUAL A INCIDÊNCIA?.....	23
4 – NOVAS DINÂMICAS E NOVAS ESTRATÉGIAS.....	27
5 – CONCLUSÃO.....	28

1 INTRODUÇÃO

É notório que as políticas públicas são um objeto de estudo que se encontraram em constante metamorfose bibliográfica ao decorrer do tempo e ainda hoje caem em desconhecimento no imaginário popular (SANTOS, 2018). Não obstante, a força popular, a mobilização de indivíduos e a formação de movimentos sociais representam um peso na formulação e na implementação de certas políticas públicas. De acordo com Tatagiba, Abers e Silva (2021), os movimentos sociais se inserem em conflitos que representam a própria configuração de cenário das políticas públicas mesmo antes de serem formuladas, ou seja, os movimentos sociais passam a ser considerados atores no ciclo de políticas públicas, isso se partirmos na perspectiva, segundo as autoras, de que políticas públicas são “construídas mediante complexos processos ideacionais, experimentais e relacionais” (Tatagiba, Abers e Silva, 2021, p. 105).

Sendo assim, movimentos sociais surgem da necessidade da sociedade civil de se agrupar devido à um problema ou uma barreira social. Em Brasília, capital do Brasil, as desigualdades sociais marcam as diversas condições de vida da população nas diferentes porções de seu território. A precariedade das estruturas de oportunidades para a juventude nos territórios segregados é perpetuada no modelo das desigualdades presentes nas outras cidades tradicionais do país e do mundo capitalista (Dias, Vasconcelos, Barbosa, Moura, 2019). Essas desigualdades de oportunidades entre as variadas juventudes dão início ao um processo de manifestações culturais e sociais por parte dos menos assistidos pelas políticas públicas estatais. O movimento Hip Hop, como uma forma de apropriação do espaço urbano e rural e um tradutor (ou espelho) da sociabilidade juvenil, e entendido como um instrumento auxiliar de avaliação dos desafios que afetam as condições de vida nas metrópoles (Sposito, 1990), é o objeto da pesquisa do presente trabalho, que tem o objetivo de identificar a sua influência nas políticas públicas do Distrito Federal, sede do Governo Federal.

Desde sua chegada no Brasil, na década de 70, o Hip Hop foi um vetor cultural na vida de jovens periféricos, e seus diversos segmentos deram origem a uma comunidade influenciada pelas letras e pelo estilo de vida do Rap. Pontua se que o Rap, abreviação de “*Rythm And Poetry*” (ritmo e poesia), é apenas 1 dos pilares da cultura Hip Hop, sendo acompanhado do Graffiti, Breakdance, Disc Jockey e do Beatbox, que juntos formam os elementos da cultura Hip Hop, não obstante, indiscutivelmente, o rap, ou seja, o Hip Hop em forma de música e de

poesia, é o elemento mais repercutido na sociedade atual devido à sua relação com a indústria musical.

Com sua criação nos guetos de Nova York, nos Estado Unidos da América, o Hip Hop primeiramente tomou um rumo político e de protesto, e serviu de voz para as periferias dos grandes centros urbanos. Sobre as expressões e sobre o impacto do Hip Hop no cotidiano, podemos afirmar:

O Hip Hop é uma estratégia de sobrevivência da cultura popular, é uma forma de visibilidade de grupos de excluídos das possibilidades. É uma ação política que acontece a partir do corpo que dança, desenha, pensa, fala, reflete, sobre os problemas que reverberam nas estruturas sociais em que estes corpos coabitam. (CAZÉ, 2008, p.1).

Sendo assim, pode se perceber que a relação do Hip Hop com a política é intrínseca desde a criação do movimento, e a situação brasileira não foi diferente da americana. Com os “*bailles blacks*” da década de 80 e de 90 em São Paulo, o Hip Hop se popularizou entre os jovens periféricos, em sua grande maioria filhos de migrantes e negros, que usualmente usavam as letras e o espaço no palco para protestar e reivindicar direitos básicos que lhe fossem negados pelo estado. O grande percussor do rap na mídia dos anos 90 foi o grupo “Racionais Mcs”, com a icônica personalidade de Pedro Paulo Soares Pereira, o “Mano Brow”.

A partir destas considerações, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender a atuação do movimento Hip Hop e sua influência nas políticas públicas e na câmara legislativa do DF. Como objetivos específicos o estudo propõe:

- Identificar as principais reivindicações comuns do movimento Hip Hop, enquanto um movimento político e suas particularidades no Distrito Federal;
- Compreender a percepção e argumentos de dois personagens da cultura Hip hop no Distrito Federal;
- Elucidar os principais fatores que pontuem a influência direta ou indireta do movimento Hip Hop nas políticas públicas do DF e na Câmara Legislativa.

1.1 METODOLOGIA

O trabalho está organizado em 8 capítulos, separados entre pesquisas narrativas e levantamentos documentais e bibliográficos. Nos primeiros capítulos contextualizei o Hip Hop como movimento político ao exibir suas reivindicações comuns, e depois descrevi o Hip Hop no Distrito Federal, principalmente nas Regiões Administrativas, comumente chamadas de “cidades satélites”. Posteriormente realizei a pesquisa narrativa com um personagem da cultura Hip Hop do Distrito Federal para entender a percepção de dentro do movimento. A partir desse pretexto, realizamos também uma pesquisa narrativa com o Deputado Distrital Max Maciel¹, que se autodenomina o “Deputado de Aba Reta²” devido a sua proximidade com o movimento Hip Hop e com a periferia. A pesquisa narrativa servirá para elucidar como o Hip Hop tem atuado no DF e como um parlamentar identifica essa problemática. As entrevistas com esses atores locais irão elucidar qualquer fator determinístico que pontue a influência direta ou indireta do Hip Hop nas políticas públicas do DF.

Além desses artifícios de pesquisa, realizei uma pesquisa documental na Câmara Legislativa do Distrito Federal com o intuito de observar a incidência do movimento Hip Hop nas pautas legislativas e, por fim, cruzar as informações da pesquisa para poder exemplificar as influências do movimento Hip Hop nas políticas públicas do DF, sejam elas quais forem. O levantamento de audiências públicas e de projetos de lei referentes ao Hip Hop irão nos ajudar a entender a incidência do movimento social no centro do poder democrático local do DF.

Por fim, novos métodos e novos caminhos de se utilizar a linguagem e a cultura Hip Hop no âmbito das políticas públicas foram abordados nos capítulos finais do trabalho. Para elucidar tal fato, a bibliografia foi cruzada com os dados das pesquisas narrativas a modo de expor o poder de comunicação da linguagem do Hip Hop com a população jovem do Distrito Federal.

¹ Max Maciel é pedagogo e ativista social, eleito pela primeira vez em 2022 para a Câmara Legislativa do DF. Ficou conhecido com o lema “A periferia é o centro” e pela sua proximidade com o movimento Hip Hop.

² Aba Reta é um adereço de cabeça comumente utilizado pelos integrantes do movimento Hip Hop.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A relação dos estudos acadêmicos com o Hip Hop cresceu de forma acelerada durante as últimas décadas, com um crescimento dos estudos a respeito do movimento e de sua capacidade de mobilização e influência política, mas continua sendo um campo pouco explorado pelos níveis de graduação e pós-graduação no campo de políticas públicas no Brasil (PERES, 2020). Políticas públicas, sendo interpretadas como um processo de ações posteriores às decisões parlamentares (BOULLOSA, 2014), abrangem definições de diversas escolas da área³, e a interpretação da escola *policy inquiry* é a definição que se interpreta no contexto desta monografia, como podemos observar:

A escola *policyinquiry*, de matriz pragmaticista, se distingue por compreender que a qualidade de pública da política é um atributo do problema que a derivou e não do ator que a desenhou ou implementou. Em outras palavras, políticas públicas é uma resposta multiautorial, não orquestrada e assíncronica, políticas públicas não pode ser compreendida como plano, projeto, programa ou ação ativado pelo governo legítimo de uma dada sociedade. Pelo contrário, ela não é um objeto, mas sim um modo de ver um fato social coletivo de mobilizações para o tratamento de um problema de públicas relevância. Por isto, seus autores refendem que políticas públicas é um construto analítico definido pelo olhar do observador. (BOULLOSA, Rosana de Freitas. Políticas públicas. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 144-148.)

Logo, a interpretação de que políticas públicas são um conjunto de ações de diferentes atores, públicos e privados, que são ativados para tratar de um problema público, pode interpretar o Hip Hop (ou outros movimentos sociais) como um ator de influência. Para o andamento do trabalho, realizarei uma sucinta relação entre o campo das políticas públicas e os atores sociais, mais em específico os movimentos sociais, no qual o Hip Hop se enquadra.

Tatagiba, Abers e Silva (2021, p. 108), argumentam que, na literatura sobre o ciclo de políticas públicas, é consenso “que a formulação e a implementação de políticas tendem a envolver uma diversidade de atores”, e que “a etapa de formulação (desenho) de uma política não pode ser claramente distinguida da etapa de implementação”. Partindo desse contexto, podemos afirmar que dentro da variedade de atores envolvidos nessas etapas do ciclo de

³ Para a consulta da literatura a respeito das linhas de pensamento das políticas públicas, ver “BOULLOSA, Rosana de Freitas. Políticas públicas. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 144-148.)”

políticas públicas, o Hip Hop surge como um novo ator contemporâneo e moderno, que surge através da organização e mobilização dos jovens periféricos.

Dentre o amplo conjunto de atores da sociedade civil que buscam participar dos processos de formulação e de implementação das políticas públicas (Tatagiba, Abers e Silva, 2021), os movimentos sociais se distinguem por um fator importante de se salientar: eles se inserem nos conflitos que envolvem a configuração institucional do subsistema de políticas públicas e nas ideias sobre a organização social. Logo, eles se diferem pela característica de acionar na própria sociedade civil conflitos (ou então, na linguagem popular, “causas”) que buscam participar da formulação e da implementação de políticas públicas.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 HIP HOP COMO MOVIMENTO SOCIAL

Movimentos sociais são fenômenos que se inserem em diversos recortes temporais na história de todas as sociedades, surgindo através das desenvolturas da dinâmica social dos diversos ambientes. O hip hop surge nos becos e vielas da cidade de Nova York, na década de 1970, e logo se espalha em todo mundo como um fenômeno cultural e periférico, com um aspecto de protesto e de entretenimento, simultaneamente.

A expressão hip (quadril) e Hop (balançar) é uma gíria, conhecida pelos jovens do Hip Hop, como balançar o quadril. O Movimento foi criado pelas equipes de baile norte-americanas, com o objetivo de apaziguar as brigas e contrariedades frequentemente manifestadas pelos jovens agrupados em gangues. O termo Hip Hop designa um conjunto cultural amplo que inclui música (rap), pintura (grafite) e dança (break). O rap, sigla derivada de "rhythm and poetry" (ritmo e poesia), é a música do Movimento e constitui o seu elemento de maior destaque. Mc é a sigla de "Mestre de Cerimônia"; é ele que canta o rap e, na maioria das vezes, também compõe as letras. (LOURENÇO, 2010, p. 2).

Todavia, o Hip Hop brasileiro se diferenciou do Hip Hop Americano por questões sociais distintas entre os dois países. Sendo assim, o movimento Hip Hop “configura-se como um movimento social juvenil marcado pelo protesto e pela contestação, que seriam segundo Ammann (1991) características essenciais de todo movimento social” (LOURENÇO, 2010, p. 2), e percebemos tais características quando visualizamos a capacidade dos movimentos sociais de se inserir nos conflitos do subsistema de políticas públicas. Ou seja, o Hip Hop pode ser

classificado na prateleira dos movimentos sociais e reivindicatórios, através, principalmente, do rap (música característica do Hip Hop), e da experiência do narrador.

As letras do narrador descrevem situações cotidianas, que se relacionam com o modo de vida periférico e violento dos grandes centros urbanos, gerando o comumente chamado “rap de protesto” por parte dos *rappers*. Sendo assim, enquadrando o Hip Hop no leque dos diversos movimentos sociais existentes, podemos inferir que a voz oriunda dos protestos e reivindicações do rap pode interferir nas políticas públicas.

O que distingue a atuação dos movimentos sociais nos subsistemas de políticas públicas é o fato de eles oferecerem às pessoas comuns uma possibilidade de se organizarem coletivamente para fazer sua voz ouvida nos circuitos de tomada de decisão. (TATAGIBA, ABERS e SILVA, 2021, p.106).

Outra ramificação urbana do Hip Hop são as batalhas de rima realizadas nas chamadas “rodas culturais”. As batalhas de rima reúnem os atores da cultura Hip Hop no ambiente urbano e público para a prática do “*freestyle*”, ou seja, rimas improvisadas que relatam a vivência e as ideias dos MCs. Entre os tipos de *freestyle*, o “desinteressado” (ALVES, 2014) é um tipo de rima espontânea, em que o MC constrói a poesia em clima de descontração e de lazer, sendo totalmente livre para falar sobre o tema em curso ou sobre qualquer outro tema como urbanidade, problemas sociais, crime, educação ou até mesmo festas. Já o *freestyle* criado nas batalhas de rima são definidos da seguinte forma:

Já o *freestyle* criado por um MC em momento de batalha de rima “embora se deseje emocionante e portadora de mensagem, nem sempre resulta nisso, dada a grande pressão que envolve o candidato, no momento da realização - curtíssimo tempo para elaboração da rima, tensão por participar de um duelo, expectativa da plateia, entre outros fatores (ALVES, 2014, p. 184)”.

Assim, percebe-se que a representação do rap e do hip hop nas rodas culturais, feita pelos integrantes do movimento que fomentam a cultura, é a mais pura expressão urbana desse movimento, onde os temas abordados nas músicas são debatidos e escancarados para o público. O *freestyle* que não pratica a militância social, e que expressa apenas o humor e as gozações entre os MCs, também forma uma estrutura gigantesca de visualizações e de mídia na internet, fortalecendo assim o público de Hip Hop.

A rima criada por um MC em momento de batalha, embora se deseje emocionante e portadora de mensagem, nem sempre resulta nisso, dada a grande pressão que envolve o candidato, no momento da realização – curtíssimo tempo para elaboração da rima, tensão por participar de um duelo, expectativa da plateia, entre outros fatores. Esse tipo de rima, invariavelmente faz grande investimento no humor, mas sofre uma quebra; ou seja, é raro haver uma mensagem desenvolvida; os versos surgem soltos, muitas vezes descontextualizados. Entretanto, é essa rima que mais se eterniza, pelos vídeos, pelas repetições por parte do público, pelos posts nas redes sociais (ALVES, 2014, p. 188).

Janaina Peres (2020) em sua tese de doutorado “Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF”. interpreta o movimento hip hop como um produtor de argumentos.

Afinal, a multifatorialidade que emerge do MHH joga, ilimitadamente, com os signos e com seus sentidos, esvaziando-os, para, em seguida, (re)impregná-los com outros significados. Rappers, Djs, grafiteiros, ativistas, educadores, comunicadores, psicólogos, b-boys e b-girls, empreendedores, estudantes, poetas, produtores culturais, artistas, moradores... praticam o território por meio das práticas ativadas pelo movimento hip hop e, assim, provam seu êxito (PERES, 2020, p. 140).

Não obstante, a grande capilaridade que o movimento Hip Hop se insere também abre brechas para outras variações de “*rappers*” que entram em conflito com a visão reivindicatória do movimento Peres (2020). O grande leque de personagens que integram a cultura Hip Hop abre margem para as mais diversas expressões artísticas e sociais que podem ser contextualizadas, sejam elas boas ou ruins.

3.2 O MOVIMENTO HIP HOP NO DF

Com o advento do Hip Hop nas periferias e no centro de São Paulo, a popularização da cultura dos Mc’s aconteceu através de dos bailes e dos discos de rap. Antes da possibilidade de criação de cultura pela periferia de Brasília, a produção cultural se restringia ao Plano Piloto (Tavares, 2010), ou seja, o pensamento e a manifestação social cultural se mantiveram em um ambiente extremadamente elitizado e limitado aos jovens de classe média alta, induzidos pelo papel nacional da sede do Poder Executivo. Nesse sentido, de acordo com Tavares (2010), o surgimento do Hip Hop no DF significa “dentre outras coisas, lançar-se no movimento pendular das migrações diárias que inscrevem, física e metaforicamente, o sentido de centro e

periferia na do espaço urbano vivenciado pela juventude” (TAVARES, 2010, p. 215). Essa afirmação se evidencia historicamente quando vemos que os primeiros grupos de “*break dance*” e de rap surgiram no Plano Piloto, influenciando assim os jovens periféricos a frequentarem os espaços sociais dos jovens de classe média alta.

A estruturação do circuito Hip Hop no DF, então, se deu entre a interação e a comunicação entre os jovens de famílias mais abastadas do Plano Piloto e dos jovens pobres das cidades-satélites (Tavares, 2010), e isso influenciou a chegada da cultura Hip Hop nas periferias de Brasília, no final dos anos 80 e começo dos anos 90. O hip hop na periferia adquiriu características próprias devido ao seu caráter de protesto e de reivindicações de direitos, e, além disso, o caráter real a respeito do dia a dia dos interlocutores criadores das letras legitimava, e continua legitimando, o movimento como um todo. Alguns dos primeiros nomes no circuito Hip Hop do DF foram GOG, Câmbio Negro, Álibi, Cirurgia Moral, Viela 17 e Tropa de Elite.

É imprescindível, ao falar do Hip Hop Brasiliense, comentar sobre a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), uma política executada na década de 1970 que deslocou 80 mil pessoas para 30 km distante do Plano Piloto com o objetivo de extinguir as favelas da nova capital da república. O que se formou foi a Ceilândia, uma recém cidade criada a partir do nada, sem as estruturas básicas de convivência humana, um cenário extremamente favorável para o fluxo de reivindicações sociais e de protestos da população. O hip Hop chega na Ceilândia nesse contexto, que pode ser uma resposta do porquê o Rap Ceilandense ganhou tanto destaque, como pode se evidenciar:

Ceilândia e hip hop nasceram, portanto, da terra vermelha, longe do centro monumental, político e administrativo, mas, simultaneamente, no meio de outras centralidades, que foram se construindo, na prática, fortemente marcadas pelas dimensões cultural, artística e estética. E o mais interessante de observar é que a Ceilândia assumiu diferentes centralidades no decurso do processo por meio do qual o movimento hip hop se publicizou e se problematizou – tornou-se ‘experiência pública’ –, seja pelo viés da formação identitária, da construção de novas sociabilidades, da geração de emprego e renda, de lutas por reconhecimento ou do esforço de pertencimento – de pertencer àquilo que nos pertence (SANTOS, 1999), sem mencionar o viés da valorização e da transformação do território por meio de seu uso. Território usado que, para Santos (2007), representa o chão mais a identidade e, para Crosta (2009), representa o êxito de suas práticas. (PERES, 2020 p. 128-9).

Já na atualidade, em um ponto de temporal em que o Hip Hop do Distrito Federal está mais maduro e desenvolvido, observa-se uma revolução de novas tecnologias informacionais, que trouxeram à tona a facilidade de produção musical para os MCs. Tal facilitação na produção não eliminou a grande indústria fonográfica, mas a tornou mais heterogênea e complexa (Tavares, 2010), dando voz a integrantes do movimento Hip Hop que dispunham de pouca visibilidade nas décadas anteriores. Outro marco importante para a evolução do Hip Hop/Rap no DF foi o reconhecimento da atuação feminina e a abertura do espaço de fala para o gênero feminino, “como Vera Verônica, Atitude Feminina, BsB Girls, entre outros, que tematizam a questão da mulher no hip-hop, denunciando a misoginia que atravessa a relação entre jovens nesse estilo de vida” (Tavares, 2010, p. 325).

O enraizamento do movimento hip hop e de seus praticantes no território estão refletidos tanto nas letras de rap quanto nas práticas promovidas e as temáticas mobilizadas pelos rappers da Ceilândia, visto que o território é constantemente narrado por meio da problematização de questões urbanas, violência, desigualdade social, periferização da pobreza, falta de acesso a bens e serviços públicos de qualidade, ausência do Estado, questões raciais, e, mais recentemente, questões de gênero e de sexualidade. Destaca-se, portanto, uma dimensão política do movimento Hip Hop no Distrito Federal, ao inserirem as lutas e pressões por reconhecimento por parte dos praticantes do movimento Hip Hop, que buscam reconhecimento enquanto membros ativos de uma comunidade (cidadãos), enquanto titulares de direitos objetivos e subjetivos (como amor recíproco, solidariedade, respeito, autoestima e dignidade), conforme observado por (Peres, 2020).

3.3 HIP HOP E A POLÍTICA

O Hip Hop, por ser um movimento social reivindicatório (LOURENÇO, 2010), é atrelado a pautas políticas e aos movimentos locais, e seus integrantes mesclam a arte e a política, dando assim a sua arte um sentido político pleno. As reivindicações dos atores do campo do Hip Hop através de suas letras variam de local a local, tendo suas diferenças na escrita e na composição da letra do rap.

Como por exemplo, nos primórdios do Hip Hop no DF, o rapper GOG lançou a música *Brasília Periferia*, onde faz grandes críticas sociais e aborda assuntos sensíveis e crítica a falta de ação do estado diante de crimes bárbaros, como assaltos e estupros. Já na década de 2010,

o grupo “Um Barril de Rap”, também de Brasília, lançou a faixa *Inteligência Artificial*, onde abordam temas como o trabalho excessivo e os problemas urbanos cotidianos, como a falta de oportunidade de crescimento profissional, a alienação midiática e as más condições da mobilidade urbana.

Nas duas faixas citadas existem reivindicações variadas em tempos diferentes, e explicitam a dimensão política do Hip Hop, como pode se perceber:

Essa dimensão manifesta-se, também, pela postura de seus artistas, quando se afirmam como opositores do sistema vigente ou quando denunciam a ausência do Estado e questionam os rumos da política, das políticas públicas e seus rebatimentos nas periferias. O Movimento Hip Hop tem assumido, cada vez mais, o papel de instrumento de políticas públicas. É mobilizado, sobretudo, no campo do serviço social e da assistência, como instrumento complementar para a conscientização, educação, comunicação ou ‘recuperação’ de jovens – seja nas escolas públicas ou em centros de recuperação de jovens com comportamento desviante ou mesmo em casas de detenção e penitenciárias. (PERES, 2020, p. 145)

Quando se coloca o Hip Hop e a Arte como meios de se fazer política, não necessariamente estamos pensando no rapper como um ator eleito a um cargo público pela sociedade, mas sim como indivíduos que trazem a inserção de pensamentos periféricos para o debate político e social. Ou seja, dizer que o Hip Hop é um movimento político pode ser análogo a dizer que o rap é um movimento de inclusão social, um movimento que dá voz aos indivíduos que usam desse artifício para serem ouvidos, como pensa Peres:

O MHH pode, sim, servir como instrumento de política pública ou como facilitador das relações entre as autoridades (políticas, policiais ou educacionais, por exemplo) com os jovens periféricos, mas nos parece ter, ainda, outros papéis, que só se revelam quando o observamos através de outras lentes e quando vemos o movimento hip hop como experiência pública transversal, multidimensional, multissensorial e multiescalar. (PERES, 2020, p.149)

Ante o exposto, conclui se que o indivíduo que confecciona as letras do rap, o chamado “*rapper*” tem a função, além do ser artista, de contestador social. O Hip Hop, quando analisado de forma política, “mostrou ser um novo sujeito político na esfera pública do cotidiano da periferia, um instrumento político de uma juventude excluída “(LOURENÇO, 2010, p. 6).

Com o objetivo de compreender melhor a atuação do movimento Hip Hop e sua influência políticas públicas para o desenvolvimento territorial das periferias do Distrito Federal passamos a analisar a percepção e argumentos dos principais praticantes da cultura Hip hop no Distrito Federal.

3.4 O MOVIMENTO HIP HOP NO DF: O PONTO DE VISTA DE UM RAPPER BRASILIENSE

A entrevista com o rapper P.L, natural de Sobradinho DF, foi conduzida de forma a procurar motivações e reivindicações do movimento, bem como percepções de como as políticas públicas podem ser afetadas pelo Hip Hop. As desigualdades estruturais devem ser levadas em consideração quando políticas públicas para a juventude são pensadas (Dias, Vasconcelos, Barbosa, Moura, 2019), e entender o ponto de vista da juventude que é desfavorecida é de suma importância para o objetivo do trabalho de compreender a percepção e argumentos dos principais personagens da cultura Hip hop no Distrito Federal.

Quando perguntado das razões de ter entrado no movimento Hip Hop, o entrevistado afirmou que a questão do entretenimento e do lazer foram os principais motivos que o levaram às rodas culturais e às batalhas de rima, como podemos observar:

Conheci o rap através das batalhas de rima. Quando eu era muito novo as batalhas de rima estavam na moda tá ligado? Um dia eu coleí em uma batalha e descobri um mundo que eu não conhecia, uma família de rua que era realmente unida. Depois disso eu nunca mais saí do movimento. Era muito mais uma questão de entretenimento naquela época, mas logo depois comecei a fazer música e então se tornou algo mais sério. Daí com o passar do tempo minha música começou a ganhar um sentido mais Hip Hop mesmo, mais crítica social etc. (RAPPER P.L)

Podemos inferir que o entrevistado foi atraído pelo que ALVES, 2014, descreve como “*Freestyle* de humor “, que não tem características de protesto. Todavia, pela afirmação, a característica de protesto se desenvolveu durante a vida do entrevistado no movimento. A partir disso, foi perguntado ao Rapper quais são as reivindicações do movimento Hip Hop do DF, na visão dele. A resposta se baseou em “melhoria pra quebrada”, como podemos ver no trecho a seguir:

Então, o Hip Hop em si procura mais uma parada de melhoria pra quebrada né? Reivindicações específicas se resumem a mais condições pra gente que é da quebrada né? Tipo, quando eu entrei no movimento eu não via o Hip Hop como um instrumento de luta e de reivindicações sociais, mas sim como uma forma de diversão e passa tempo mesmo. (RAPPER P.L)

Ele também cita o então Deputado Distrital Max Maciel (PSOL) (que também foi entrevistado nesse trabalho) como um vetor de reivindicações do movimento Hip Hop com seus discursos nas rodas culturais e sua comunicação com os integrantes do movimento Hip Hop:

Um cara que eu conheci na batalha da escada foi o Max Maciel. Quando ele foi lá e falou aquelas paradas de lutas e causas sociais pra galera da batalha foi muito massa, aquilo ali foi Hip Hop de verdade! Melhoria de transporte, melhoria das ruas da quebrada, melhoria de segurança pública, melhoria de saúde. Tudo isso foi colocado em pauta para centenas de estudantes e participantes da batalha de rima. (RAPPER P.L)

Por fim, foi perguntado ao Rapper local como ele enxerga o Hip Hop no contexto das políticas públicas do DF, e a resposta se concentrou no tema da comunicação com a juventude, como podemos observar: “Uma coisa muito legal que o Hip Hop faz é comunicação com a juventude e com as escolas, então, se a gente precisar comunicar algo com essa galera o Hip Hop cai como uma luva.” (RAPPER P.L).

3.5 HIP HOP E A CÂMARA LEGISLATIVA DO DF, O PONTO DE VISTA DE UM PARLAMENTAR

Com o intuito de identificar as relações do Hip Hop com a políticas públicas do Distrito Federal, a entrevista com o Deputado Distrital Max Maciel foi de suma importância para o entendimento do espaço do Hip Hop na dinâmica cultural e política do DF. Quando foi feita a pergunta ao Deputado de que se ele percebia o Hip Hop dentro da câmara legislativa do Distrito Federal, ele respondeu atentamente ao fato de que os esforços são vistos mais como simbolismos do que como ferramentas de fato, como mostra o trecho: “Já teve movimentos de colocar o Hip Hop na agenda cultural do DF, mas isso tudo no campo simbólico, nunca como uma ferramenta mesmo, infelizmente” (Max Maciel).

A partir disso, podemos inferir que, se há influência do movimento Hip Hop nas Políticas Públicas do Distrito Federal, ele se utiliza de modelos alternativos de produção de Políticas Públicas, como podemos ver:

Assim, movimentos sociais são um tipo particular de ator/rede (ou coalizão) que participa do processo de produção de políticas públicas, elaborando, experimentando e disputando modelos alternativos de políticas, que traduzem seu projeto político em um subsistema específico (TATAGIBA, ABERS e SILVA, 2021, p.109).

Quando perguntado se identificava alguma relação do Hip Hop com as políticas públicas do DF, o Deputado Max Maciel respondeu pontualmente que, além das políticas culturais, o Hip Hop tem uma forte influência na educação, como pode se observar no trecho abaixo:

Então basicamente a educação passa a ser uma frente que aproxima o Hip Hop, mas infelizmente não como uma cultura organizada que incide politicamente, apenas alguns de seus elementos que podem contribuir naquele momento, porque como tem uma linguagem que aproxima uma parcela da juventude, e essa parcela da juventude é uma parcela que tem dificuldade de acessar ou de falar, quando se coloca o rap, o rap tem uma linguagem mais apropriada de aproximar eles. Então muita gente utiliza o rap como uma ferramenta para aproximar os jovens mesmo não reconhecendo o Hip Hop como uma política. (Max Maciel)

Pode se observar acima que o Deputado faz uma relação com o Hip Hop e com a educação e com políticas para a juventude. Ao ser questionado de como, em sua percepção, o Hip Hop pode incidir nas políticas públicas para a juventude, Max Maciel respondeu:

Eu falei esse recorte temporal porque depois de 2006 tivemos um boom de batalhas, e hoje contamos com mais de 57 batalhas espalhadas no DF. Então você imagina, o que é esse movimento espalhado de forma territorial em várias periferias de Brasília se encontrando todo dia em algum lugar pra mandar uma rima e fazer aquele jovem ser ele mesmo. E o poder de incidir na Política Pública é exatamente o que o Hip Hop pede né, respeito a pluralidade e ao seu espaço de criação, poder reconhecer isso como potencial artístico, reconhecer isso como potencial profissional, de reconhecer a necessidade de se olhar o território, seja ele urbano ou rural né, por quê: as praças estão sendo pensadas pros jovens? Onde acontece as batalhas tem estrutura pros jovens? Também é importante reforçar que o movimento Hip Hop atinge apenas uma parcela da juventude, algo necessário de se falar pois pensamos que ele é algo para todas as juventudes, e ele não é. É para uma parcela da juventude que, em tese, está mais vulnerabilizada, uma juventude que tem uma demanda de expressão maior, e acaba que o rap puxa esses indivíduos para esses momentos. (Max Maciel)

Empoderamento e aglutinação de pensamentos reivindicatórios são, na visão do Deputado, os meios dos quais o Hip Hop usa para incidir nas Políticas Públicas do Distrito Federal. Partindo dessa informação, podemos inferir que os indivíduos que fazem parte do movimento Hip Hop são atores de um subsistema que tem voz na formulação de certas políticas (TATAGIBA, ABERS e SILVA, 2021). Assim, podemos também deduzir que a própria presença do deputado Max Maciel, com suas características de integrante do movimento Hip Hop como as vestimentas e o vocabulário, pode ser considerada uma influência indireta e subjetiva do movimento nas políticas públicas do DF.

3.6 O HIP HOP NA CLDF, QUAL A INCIDÊNCIA?

Depois de entender a percepção de um membro da Câmara Legislativa do Distrito Federal a respeito do Hip Hop e suas influências nas Políticas Públicas, iremos realizar um breve levantamento da incidência do movimento nas pautas da CLDF. A pesquisa documental abrangeu apenas os projetos de lei e três sessões que aconteceram na CLDF. Por início, o quadro 1 representa todos os Projetos de Lei com relação ao Hip Hop apresentados na CLDF, com os dados disponíveis no site da casa, com o descritor “Hip Hop”:

QUADRO 1 - PREPOSIÇÕES RELACIONADAS AO HIP HOP NA CLDF

Projeto de Lei	Autor	Ementa	Situação
PL 3010/2002	DEPUTADA LUCIA CARVALHO (PT)	INSTITUI O DIA DO MOVIMENTO HIP-HOP DO DISTRITO FEDERAL.	ARQUIVADO
PL 217/2003	DEPUTADO BRUNELLI (PTB)	Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a festividade que especifica. (Festividade Show Hip Hop Gospel)	TRANSFORMADO EM NORMA JURÍDICA
PL 511/2003	DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT)	Institui o Dia do Movimento Hip-Hop no Distrito Federal.	REVOGADO DEVIDO A LEI 7274/2023
PL 1515/2004	DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT)	CONCEDE O NOME DE 'PRAÇA DO HIP-HOP' À PRAÇA PÚBLICA LOCALIZADA NA EQ 36/37, NA VILA SÃO JOSÉ, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA - RA IV.	ARQUIVADO

PL 1013/2008	DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (MDB) DEPUTADO PATRÍCIO (PT)	Inclui o Festival de Inverno de Brasília e a Festividade Show Hip Hop no calendário oficial de eventos do Distrito Federal.	TRANSFORMADO EM NORMA JURÍDICA
PL 942/2012	DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)	Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Semana do Hip-Hop.	REVOGADO DEVIDO A LEI 7274/2023
PL 1722/2013	DEPUTADO RONEY NEMER (MDB)	Institui o reconhecimento do Hip-Hop como movimento sociocultural de caráter popular no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.	REVOGADO DEVIDO A LEI 7274/2023
PL 97/2023	DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL)	Declara o Hip Hop como patrimônio cultural do Distrito Federal e dá outras providências.	TRANSFORMADO EM NORMA JURÍDICA

Fonte: cl.df.gov.br (2023)

Ao analisar o teor das proposições apresentadas, vemos que o esforço dos deputados orbita na ideia de se reconhecer o Hip Hop como algo concreto dentro dos limites intelectuais brasileiros. Como o Deputado Max Maciel (PSOL) enfatizou na entrevista concedida:

Então nós já temos vários apanhados na CLDF, um histórico né, (como) reconhecer o Hip Hop como patrimônio agora que a gente apresentou o Projeto de Lei, como patrimônio imaterial. (Também) Já teve movimentos de colocar o Hip Hop na agenda cultural do DF, mas isso tudo no campo simbólico, nunca como uma ferramenta mesmo, infelizmente. Mas dentro da CLDF sempre tivemos muitas pressões e uma delas é essa né: reconhecer como patrimônio imaterial e o Hip Hop na agenda cultural. (Max Maciel)

Após a realização da entrevista, o PL 97/2023 (Declara o Hip Hop como patrimônio cultural do Distrito Federal e dá outras providências), de autoria do próprio deputado Max Maciel, foi aprovado e sancionado pelo Governo do DF, revogando diversas propostas já aprovadas devido ao seu teor abrangente em relação a cultura Hip Hop, inclusive com providências na educação. Um ponto que também pode ser observado é a vagância de projetos de lei relacionados aos Hip Hop no período de 2013 a 2023, que pode estar relacionado com a situação política de Brasília e do Brasil.

Agora, analisaremos sessões que aconteceram na Câmara Legislativa do Distrito Federal com o Hip Hop sendo protagonista das discussões. A primeira foi o lançamento do documentário “RAPensando”, no plenário da CLDF, que aconteceu no dia 20/05/2019. Observa-se que a sessão se concentrou em dar voz aos integrantes do movimento “RAPensando”, que “utiliza a cultura Hip Hop para trabalhar temas como racismo, bullying,

diversidade e violência doméstica, além de atuar para prevenir e combater o uso e o abuso de drogas.” (CLDF, 2019).

FIGURA 1: SESSÃO SOLENE DO MOVIMENTO “RAPENSANDO”



Fonte: cl.df.gov.br (2023)

A segunda sessão analisada foi realizada no dia 12/11/2013, e foi destinada para a comemoração do dia internacional do movimento. A sessão teve ênfase na busca de apoio a eventos do Hip Hop e ao combate ao preconceito, e nas palavras do Deputado Cláudio Abrantes: “Esse grito da periferia contra a discriminação é uma nova forma de enxergar a vida” (CLDF, 2019)

FIGURA 2: SESSÃO SOLENE DO DIA DO HIP HOP



Fonte: cl.df.gov.br (2023)

Já a terceira e última sessão analisada aconteceu no dia 19/06/2008 e se resumiu na apresentação de um “DVD” (*Digital Versatile Disc*) de Hip Hop pelo grupo ProAtivo, que nasceu na cidade de Brazlândia. A sessão legislativa teve o intuito de denunciar o tráfico de seres humanos e foi patrocinada pelo gabinete da então Deputada Distrital Erika Kokay (PT).

FIGURA 3: SESSÃO SOLENE CONTRA O TRÁFICO DE PESSOAS



Fonte: cl.df.gov.br (2023)

Em todas as sessões analisadas podemos observar a influência e a representação do movimento Hip Hop, que segundo (TATAGIBA, ABERS e SILVA, 2021, p. 107), em seu papel de movimento social, “tendem a mobilizar de forma criativa as estratégias de confronto e cooperação, extra institucionais e institucionais.” Se tal influência, em algum momento do tempo, gerar frutos na CLDF, então podemos concluir que há a influência o movimento Hip Hop no fluxo de políticas públicas, visto que o fluxo de decisões faz parte da definição de políticas públicas (Santos, 2018).

Também podemos correlacionar a ideia do Deputado Max Maciel de que o Hip Hop usa a educação como meio de promoção de políticas para a juventude, quando se leva em consideração a primeira audiência pública aqui apresentada, que se sustentou principalmente na narrativa de utilizar o Hip Hop nas escolas para propagar ideia como o combate ao uso de drogas e o combate ao bullying. Assim, podemos observar influências pontuais do movimento Hip Hop na Câmara Legislativa do Distrito Federal, com ênfase no esforço de reconhecimento cultural do movimento através dos projetos de lei.

4 NOVAS DINÂMICAS E NOVAS ESTRATÉGIAS

Até aqui, vimos que os instrumentos do movimento social Hip Hop e sua incidência na esfera política se resumem em diferentes artifícios de arte e de cultura como forma de reivindicação social e periférica. Os integrantes do movimento Hip Hop atuam de forma multiescalar e descentralizada e emergem “como catalisadores, articuladores e multiplicadores de práticas e de encontros/conexões, voltados à desconstrução/reconstrução (a partir de uma perspectiva periférica) de realidades naturalizadas de políticas públicas” (PERES, 2020, p. 202). Sendo assim, vimos exemplos práticos de como um movimento social específico pode incidir sobre alguma política pública na câmara Legislativa do Distrito Federal. O Hip Hop como movimento de intervenção territorial se debruça como uma série de práticas e de movimentos heterogêneos, grupos multifocais e indivíduos com intenções diferentes, como fica exemplificado no seguinte trecho:

Compreender o Movimento Hip Hop nesses termos significa considerar que ele não apenas desencadeia atividades, práticas de uso do território e interações sociais, como ele é também ator e resultado de tais interações e de tais práticas. Significa ainda, entender, que suas consequências – diretas e indiretas – o transbordam (temporal e espacialmente), fomentando novas dinâmicas de construção de públicos e novas experiências públicas, em outros tempos-espacos, ressignificando, inclusive, o signo ‘periferia’. (PERES, 2020, p. 206)

Assim, percebemos que o movimento Hip Hop não atua como um instrumento político ou um levante político direto, mas sim como uma forma descentralizada de incidir sobre as políticas públicas da juventude nas periferias. Considerando o meio burocrático e governamental, as ações diretas do estado se preservam em eventos culturais ou o apoio aos eventos de Hip Hop através de políticas públicas culturais, como o FAC (Fundo de Apoio a Cultura) (Dias, Vasconcelos, Barbosa, Moura, 2019), todavia a construção de um imaginário onde o Hip Hop é um ator de influência nas políticas públicas depende exclusivamente dos integrantes do movimento social.

O transbordamento do movimento hip hop pela cidade, por meio dos saraus, das batalhas de rima, dos grupos de dança, dos eventos e festivais, das escolas e universidades – tornando-se objeto de pesquisa, apropriando-se dos corredores do Instituto Central de Ciências – ICC/UnB e dos degraus do Teatro de Arena, por exemplo – representa um contraponto à racionalidade arquitetônica e à configuração socio territorial da cidade. Nesse movimento, os espaços vão sendo ressignificados por novos fluxos, novas gramáticas e por processos de aprendizagem. A reinvenção do cotidiano a partir de novas experiências é o que abre brechas para a formulação de outras respostas. (Dias, Vasconcelos, Barbosa, Moura, 2019, p. 218)

Batalhas de rima, eventos de Hip Hop nas periferias, eventos de break dance e outros momentos do movimento Hip Hop levam para a periferia uma voz de reivindicação, e os atores desse movimento detém a capacidade de levar a voz de uma população marginalizada aos holofotes das tomadas de decisão, como foi exemplificado no capítulo 5 desse trabalho, além de poder levar, de forma multidisciplinar, a mensagem do movimento à juventude brasiliense.

5 CONCLUSÃO

A principal motivação do presente trabalho foi a elucidação da forma em que o movimento Hip Hop de Brasília pode incidir no fluxo de políticas públicas local, bem como entender suas

reivindicações e particularidades. Sabemos que os estudos envolvendo a capacidade de articulação do movimento Hip Hop no Distrito Federal são limitados, e tal limitação se resume em um desperdício de um artifício de reivindicações de direitos e melhorias de vida por parte de uma população subvalorizada aos olhos do estado.

Entendemos, através de uma entrevista narrativa com um rapper brasileiro e um pesquisa bibliográfica, as reivindicações do movimento Hip Hop no Distrito Federal e as características particulares do movimento local. O entendimento da formação e a evolução do Hip Hop brasileiro se faz necessário para entender seus limites de incidência em outros setores da sociedade.

E através de uma pesquisa narrativa, tivemos a oportunidade de extrair informações diretamente de dentro do maior polo de poder legislativo do Distrito Federal: a CLDF, através de uma entrevista com o deputado distrital Max Maciel (PSOL). Por ser um ex-Rapper e um integrante do movimento Hip Hop, sua visão de como o Hip Hop afeta as políticas públicas como movimento social foi valiosa para a realização do trabalho, e as informações de que o uso do rap como ferramenta educacional e como forma de comunicação com a juventude são de suma importância para reconhecer os potenciais do movimento social como interventor social, ou até mesmo como ferramenta da Secretaria de Educação do Distrito Federal para certas atividades acadêmicas.

A pesquisa documental a respeito das audiências públicas realizadas na CLDF exemplificou a característica reivindicatória e o potencial de pressão popular por parte do movimento Hip Hop na arena política, e exemplificou como o rap pode influenciar na educação por meio da audiência que deu espaço ao movimento “RAPensando nas escolas”. E por fim, novas experiências e abordagens a respeito das ações do movimento Hip Hop e sua descentralização foram abordadas.

A conclusão de que o Hip Hop tem um potencial efetivo de incidência positiva nas políticas públicas do Distrito Federal se faz necessária para o desenvolvimento territorial periférico das Regiões Administrativas que cercam a capital federal, principalmente como um instrumento de comunicação nas políticas de educação. Quando, em um trecho da entrevista do Deputado Max Maciel, ele diz que a juventude que deve ser público-alvo do Hip Hop é apenas uma fatia do todo, percebemos que um meio de voz ativa que influencie indiretamente em políticas públicas na verdade é uma arma poderosa contra o problema da desigualdade social, tão dentro da normalidade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAZÉ, Clotildes, **HIP HOP: CULTURA, ARTE E MOVIMENTO NO ESPAÇO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**. UFBa, 2008.

LOURENÇO, Mariane Lemos. **Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos**. USP, 2010.

PERES, Janaína. **REINTERPRETANDO O FLUXO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF**. UNB, 2020.

TATAGIBA, Luciana; ALBERS, Rebecca. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Ideias e Experiências na Construção de Modelos Alternativos**. Editora Unesp, 2021.

TAVARES, Breitner. **GERAÇÃO HIP-HOP E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO NA PERIFERIA DO DISTRITO FEDERAL**. Scielo, 2010.

ALVES, Rôssi. **Resistência e empoderamento na literatura urbana carioca**. Scielo, 2014.

DIAS, Tamille Sales; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; BARBOSA, Lidia Cristina Silva; MOURA, Leides Barroso Azevedo. **Territórios e Sociedade**. Editora Unb, 2019.

SANTOS, Renata Callaça Gadioli dos. **Entrecruzamentos: Arte, Política e Política Pública**. Revista Estética e Semiótica |Volume 8 | Número 2, UnB, 2018.

SPOSITO, M. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade**. *Tempo Social*, [S. l.], v. 5, n. 1-2, p. 161-178, 1990

BOULLOSA, ROSANA DE FREITAS. **DICIONÁRIO PARA A FORMAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL**, Editora Ciags, 2014.

DVD de hip hop contra tráfico de seres humanos é apresentado na Câmara. **CLDF, 2008.** Disponível em: < <https://www.cl.df.gov.br/web/guest/-/dvd-de-hip-hop-contra-traffic-de-seres-humanos-e-apresentado-na-camara> > Acesso em: 31/05/2023

Movimento hip hop busca apoio a eventos e critica discriminação. **CLDF, 2013.** Disponível em: < <https://www.cl.df.gov.br/web/guest/-/movimento-hip-hop-busca-apoio-a-eventos-e-critica-discriminacao> > Acesso em: 31/05/2023

Hip Hop como ferramenta pedagógica nas escolas é tema de documentário lançado na CLDF. **CLDF, 2019.** Disponível em: < <https://www.cl.df.gov.br/web/guest/-/hip-hop-como-ferramenta-pedagogica-nas-escolas-e-tema-de-documentario-lancado-na-cldf> > Acesso em: 31/05/2023

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL)

1. Qual o impacto mais significativo do Hip Hop nas Regiões Administrativas do DF na sua opinião?

Primeiro temos que entender que o Hip Hop cresce nas periferias como identidade urbana, sobretudo periférica, como um mix de várias culturas, como a jamaicana, a americana como base (o jazz e o blues), e dentro do gueto como forma de expressão e como uma forma de demonstrar (o sentimento da periferia), seja pelas artes visuais (grafiti), através da dança como o break, que começa como uma crítica a guerra do Vietnã, e as próprias batalhas de rima como uma forma de denunciar a opressão que acontecia nos EUA no final dos anos 80. As casas vogues, que eram a comunidade LGBT, foram as casas que mais apropriaram essa cultura como espaço meio segmentado, ou então um espaço prejudicado no contexto de exclusão social, e que davam oportunidade para os dançarinos e para as músicas. Eu faço esse recorte internacional para chegar no DF porque se replica da mesma forma, mas com as características daqui, do Brasil como um todo. Então se você for em São Paulo, no Acre ou no Sul e pegar o primeiro artista do rap ele vai estar lá nos anos 80. Então o movimento chegou para todos os territórios de maior circulação que tinham mais interlocução com outros países na mesma linha né, de ser um movimento que revelava as opressões que aquela classe sofria territorialmente. E quando você pega o DF, o que eu posso responder da pergunta, é a

autoestima pra uma galera que não tinha, então isso não é tangível né, o Hip Hop (nesse contexto) não vai conseguir te trazer de dado algo tangível, o que fazia grupos de jovens se reunirem e ensaiar a semana toda para se encontrar em um sábado em um baile nos anos 80 para enfrentar o outro e ganhar? Isso é autoestima, é prestígio! Coisa que durante muito tempo apenas as gangues conseguiram trazer para a população periférica do DF.

2. Você percebe alguma pauta ou reivindicação do Hip Hop dentro da câmara legislativa?

Sim, e historicamente isso vem se fazendo, então nós já temos vários apanhados na CLDF, um histórico né, (como) reconhecer o Hip Hop como patrimônio agora que a gente apresentou o Projeto de Lei, como patrimônio imaterial. (Também) Já teve movimentos de colocar o Hip Hop na agenda cultural do DF, mas isso tudo no campo simbólico, nunca como uma ferramenta mesmo, infelizmente. Mas dentro da CLDF sempre tivemos muitas pressões e uma delas é essa né: reconhecer como patrimônio imaterial e o Hip Hop na agenda cultural.

3. Você identifica alguma relação do Hip Hop com as políticas públicas, de qualquer área, do DF?

Olha, educação! Por que assim, a cultura é uma política mais forte e mais fácil né, mas a educação hoje em dia é a que mais pode se vincular, por que é dentro das escolas que a gente reúne a maior quantidade de jovens né? Então quando a gente fala sobre as batalhas de mc, a molecada que tá na escola tem que ler mais para produzir suas rimas, ou mesmo quando chega em determinado momento que você tem uma atividade lúdica ou uma atividade de demonstração cultural o Hip Hop é um dos elementos que é chamada para se apresentar. Ou quando não, quando você roda grande parte das periferias o grafitti tá em grande parte dos muros dessas escolas. Então basicamente a educação passa a ser uma frente que aproxima o Hip Hop, mas infelizmente não como uma cultura organizada que incide politicamente, apenas alguns de seus elementos que podem contribuir naquele momento, porque como tem uma linguagem que aproxima uma parcela da juventude, e essa parcela da juventude é uma parcela que tem dificuldade de acessar ou de falar, quando se coloca o rap, o rap tem uma linguagem mais apropriada de aproximar eles. Então muita gente utiliza o rap como uma ferramenta para aproximar os jovens mesmo não reconhecendo o Hip Hop como uma política.

4. Qual o poder de mudança do Hip Hop na Juventude do DF e como isso se relaciona com as Políticas Públicas para a juventude?

Você começa com um histórico ne, nos anos 980 até o início dos anos 2000 você não tinha as batalhas de MCs, mas você tinha grande parte de um movimento cultural muito forte, você tinha casa de shows, casas de eventos, festival de rap aonde os grupos se organizaram, mesmo o rap não dominando a rádio ou então a internet. O hip Hop tem uma influência tão forte que, mesmo fora de toda curva sistêmica e dos meios de produção, ele era muito forte no território, ou seja, ele chegava no ouvido das pessoas mesmo sem estra na rádio ou na TV, então o poder dele de se organizar, mesmo não sendo tão organizado do jeito que a gente queira que fosse, é imenso. Então eu acho que o grande processo de mudança na juventude e na incidência na política de juventude, é esse poder transformador que o Hip Hop tem de aglutinar pessoas. Eu falei esse recorte temporal porque depois de 2006 tivemos um boom de batalhas, e hoje contamos com mais de 57 batalhas espalhadas no DF. Então você imagina, o que que é esse movimento espalhado de forma territorial em várias periferias de Brasília se encontrando todo dia em algum lugar pra mandar uma rima e fazer aquele jovem ser ele mesmo. E o poder de incidir na Política Pública é exatamente o que o Hip Hop pede né, respeito a pluralidade e ao seu espaço de criação, poder reconhecer isso como potencial artístico, reconhecer isso como potencial profissional, de reconhecer a necessidade de se olhar o território, seja ele urbano ou rural né, por quê: as praças estão sendo pensadas pros jovens? Onde acontece as batalhas tem estrutura pros jovens? O problema é que o poder público não enxerga isso como uma política pública, e eu falo isso como poder público executivo, por que no legislativo estamos tentando trazer esse debate de empoderar. Também é importante reforçar que o movimento Hip Hop atinge apenas uma parcela da juventude, algo necessário de se falar pois pensamos que ele é algo para todas as juventudes, e ele não é. É para uma parcela da juventude que, em tese, está mais vulnerabilizada, uma juventude que tem uma demanda de expressão maior, e acaba que o rap puxa esses indivíduos para esses momentos.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O RAPPER LOCAL

1. Qual o poder de mudança do Hip Hop na Juventude do DF e como isso se relaciona com as Políticas Públicas para a juventude?

Conheci o rap através das batalhas de rima. Quando eu era muito novo as batalhas de rima estavam na moda ta ligado? Um dia eu coleí em uma batalha e descobri um mundo que eu não conhecia, uma família de rua que era realmente unida. Depois disso eu nunca mais saí do movimento. Era muito mais uma questão de entretenimento naquela época, mas logo depois comecei a fazer música e então se tornou algo mais sério. Daí com o passar do tempo minha música começou a ganhar um sentido mais Hip Hop mesmo, mais crítica social etc.

2. Na sua visão, quais são as reivindicações do Hip Hop no DF?

Então, o Hip Hop em si procura mais uma parada de melhoria para a quebrada né? Reivindicações específicas se resumem a mais condições pra gente que é da quebrada né? Tipo, quando eu entrei no movimento eu não via o Hip Hop como um instrumento de luta e de reivindicações sociais, mas sim como uma forma de diversão e passa tempo mesmo. Mas, como eu tive uma educação melhor assim, eu tive mais noção do que se tratava os movimentos sociais e “talz”. Um cara que eu conheci na batalha da escada foi o Max Maciel. Quando ele foi lá e falou aquelas paradas de lutas e causas sociais pra galera da batalha foi muito massa, aquilo ali foi Hip Hop de verdade! Melhoria de transporte, melhoria das ruas da quebrada, melhoria de segurança pública, melhoria de saúde. Tudo isso foi colocado em pauta para centenas de estudantes e participantes da batalha de rima.

3. Como você enxerga o Hip Hop e as políticas públicas do DF?

Então, eu particularmente não vejo o Hip Hop como uma forma de política direta né, eu acho que ele trabalha de outra forma. Uma coisa muito legal que o Hip Hop faz é comunicação com a juventude e com as escolas, então, se a gente precisar comunicar algo com essa galera o Hip Hop cai como uma luva. De resto eu não entendo a fundo essa coisa de política, que deveria ser algo divulgado para a população né. Mas agora, se olharmos para o rap como uma forma de comunicação, isso sim é um meio de se fazer política!